

Contexto de surgimento do Programa Brasil Afroatitude

Ismael Tcham^{*}

Ações do Programa Nacional de DST e Aids voltadas para a população negra ou em parceria com organização do movimento negro foram poucas ao longo dos últimos 20 anos. Algumas ações e financiamentos de projetos foram desenvolvidos pioneiramente com populações quilombolas, com religiões de matriz africana e especialmente para mulheres negras.

O tema População Negra e Aids, ainda que de forma fragmentada, está presente na agenda do PN-DST/AIDS desde 1997. No entanto, a discussão sobre política de ações afirmativas para a população negra chegou ao PN-DST/AIDS, quando da realização da Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada pela ONU, em Durban, África de Sul, em 2001.

Nessa conferência, o Brasil assumiu o compromisso de desenvolver uma política de ação afirmativa nas diversas esferas do governo. No âmbito deste compromisso, o Ministério da Saúde delega ao Programa, a responsabilidade de elaboração de uma proposta para iniciar uma política de ações afirmativas no Ministério da Saúde. Nesse momento é criado no PN-DST/AIDS o Grupo de Trabalho “Ações Afirmativas”.

O grupo, a partir da consultoria do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades - CEERT/SP, desenha algumas propostas de inclusão do tema e implantação de ações de curto, médio e longo prazo e implanta no SINAN (Sistema de Informação Nacional de Agravos de Notificação) o corte por raça e cor, iniciativa que o Estado de São Paulo já havia implantado desde 2000, e a discussão sobre as relações entre a epidemia e a população negra tiveram expressão, principalmente a partir de 2001, quando da divulgação do Boletim Epidemiológico do estado apresentando dados de notificação incluindo raça/cor.

Em 2003, Fernanda Lopes, do Núcleo de Prevenção à Aids do Instituto de Psicologia da USP, é convidada para apresentar os resultados da sua tese de doutorado: “Mulheres Negras e não Negras vivendo com HIV/AIDS no Estado de São Paulo”. Os resultados do estudo desenvolvido em 3 serviços de referência em São Paulo, revelam várias situações nas quais as mulheres negras portadoras do HIV se apresentam mais vulneráveis à reinfecção e ao adoecimento por aids.

A repercussão desses dados e a publicação do Boletim Epidemiológico, apresentando pela primeira vez os números, segundo o quesito raça/cor e apontando uma tendência de estabilização entre a população branca e crescimento entre a população parda e preta, provocou no PN-DST/AIDS a discussão sobre o tema da desigualdade racial e da vulnerabilidade da população negra a esta doença.

Nesse cenário, as articulações entre o PN-DST/AIDS e a Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH se estreitaram para além da discussão relacionada à igualdade racial, principalmente nos temas da homossexualidade e violência. Foi a partir desta sintonia de agendas entre o PN-DST/AIDS (interessado em aprofundar os temas de relação entre aids e população negra) e a SEDH (interessada em promover políticas de ações afirmativas e fortalecimento do sistema de cotas) que ocorre a primeira reunião para discussão e para proposição de estratégias de atuação conjunta.

Dessa reunião participaram técnicos do PN-DST/AIDS, técnicos da SEDH e representantes das universidades. Essas últimas fizeram apresentação de suas ações e principais dificuldades relacionadas à permanência e manutenção dos estudantes que haviam ingressado na universidade pelo sistema de cotas. Desta forma foi definida a criação de um grupo de trabalho para viabilizar a criação de uma rede em torno de programa e não projetos isolados de ações, chamado de rede de ações afirmativas de luta contra aids em universidades.

A partir das articulações desse grupo, em novembro de 2004, foi elaborada a proposta de implementação de um programa de bolsas para alunos negros de cursos de graduação de universidades públicas, ingresso por meio de política de cotas. Essas bolsas estariam condicionadas ao compromisso desses alunos em trabalhar com o tema aids e racismo, promovendo discussão, investigação sobre as relações existentes entre a epidemia da aids, o racismo, a vulnerabilidade e os direitos humanos.

Em dezembro de 2004, no âmbito das atividades relativas à passagem do Dia Mundial de luta contra a Aids, é lançado oficialmente, com a assinatura de quatro ministérios e com a presença dos reitores das universidades, o Brasil AfroAtitude: Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros. Concebido com objetivo de responder a duas lacunas: a inexistência ou incipiência de apoio logístico e financeiro aos alunos negros que entraram na universidade pública pelo sistema de cotas e da produção de conhecimento no campo das relações entre aids e população negra e racismo.

O programa apresenta um conjunto heterogêneo de estratégias que articulam em um mesmo referencial – ações afirmativas e o enfrentamento da epidemia do HIV/AIDS, ancoradas não somente nos seus aspectos biofisiológicos e epidemiológicos, mas também no aspecto sociais a ela associados.

O programa e seus resultados

Ao longo deste primeiro ano de projeto é notório em diferentes universidades, experiências criativas e responsabilização dos estudantes em torno de produção de conhecimento, documentadas em todos os relatórios, as significativas mudanças de atitudes e comportamentos dos bolsistas, relacionadas ao crescimento em auto-estima e assertividade.

Cerca de quinhentos alunos estão sendo beneficiados com a bolsa AfroAtitude, tendo efeito direto em suas vidas e de suas famílias. Alunos tiveram oportunidade de ter contato com atividades de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão Comunitária.

AfroAtitude: um modelo para políticas sociais

A questão social no Brasil está relacionada à existência de uma estrutura complexa de exclusão social, discriminações, desigualdades e vulnerabilidades, resultante de um longo processo histórico, em que negros nunca se beneficiaram do desenvolvimento que ocorreu no Brasil.

Entretanto, mesmo com diagnósticos, há um silêncio dos que reconhecem a vulnerabilidade da população negra; o mapeamento das condições e estratégias de superação deste legado está aquém de se aproximar das necessidades da população negra. A importância do Programa AfroAtitude está em saber articular uma política social e o reconhecimento do racismo na população brasileira com diagnósticos claros sobre as dificuldades de estudantes negros nas universidades que adotaram programas de ação afirmativa.

O Programa AfroAtitude mostrou ser possível combinar políticas de setores diferentes do Governo Federal (como Educação, Saúde e Direitos Humanos) com objetivos comuns (como o de contribuir para as ações de prevenção de uma doença, ou o de promover e apoiar as ações afirmativas que defendem o acesso da população negra aos cursos de nível superior).

O compromisso dos estudantes com as comunidades

Os estudantes se envolveram com problemas da comunidade, lendo de maneira crítica a realidade, reconstruindo as condições de participação histórica. Um esforço de fornecer aos estudantes negros, em termos práticos, as mesmas armas que foram utilizadas para excluí-los, tanto no sentido afrontoso, estratégia de confronto, quanto no de negociação democrática.

Os estudantes estão conseguindo aproximar-se da comunidade e colocar os conhecimentos a seu serviço, interagindo com a população e apreendendo de maneira viva, não só como simples estudantes, mas como pessoas atentas à realidade à sua volta, superando suas limitações e preconceitos.

Ações Afirmativas na Educação Superior

O problema das desigualdades étnico-raciais assumiu, na última década, destaque nos debates sobre a sociedade brasileira. Vários diagnósticos sobre as condições de vida da população foram publicados por órgãos públicos, constatando as disparidades entre as condições de vida da população negra e da população branca, revelando que as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, no último século, não trouxeram efeitos positivos da melhoria da qualidade de vida para indivíduos negros.

Ao contrário, os índices de expectativa de vida, de mortalidade infantil, de mobilidade social, de mercado de trabalho, de moradia e de educação reafirmaram que os homens negros e as mulheres negras apenas perpetuaram as desvantagens existentes, ficando estacionados nas piores posições sociais.

Com a posse do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, com uma plataforma de governo que incluía as reivindicações dos movimentos sociais, inclusive a do Movimento Social Negro que reivindicava “diminuir as desigualdades étnico-raciais com a formulação e a adoção de políticas públicas de equidade e de combate à discriminação e ao racismo”, sancionou-se, no dia 09 de janeiro de 2003, a Lei nº 10.639, que modifica a Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade do ensino da temática “História e Cultura Afro-brasileira” nas escolas públicas brasileiras.

Neste sentido, dois Programas foram criados e são apoiados pelo SESu, um é o UNIAFRO - Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior, que em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, tem por objetivo apoiar as instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão que contribuam para a implementação de políticas de ações afirmativas para a população negra.

O outro é o Programa Brasil AfroAtitude, desenvolvido com parcerias interministeriais visando à implantação de programas de ações afirmativas no ensino superior conjugando temáticas específicas. O AfroAtitude é considerado o projeto mais audacioso de pesquisa e extensão comunitária que o Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros - do Ministério da Saúde/Programa Nacional de DST/Aids em conjunto com a Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH e a Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial – SEPPIR - já realizou.

Os NEABs - Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros - foram escolhidos como atores por serem a parcela da comunidade universitária que aglutina, além das atividades de ensino, pesquisa e extensão da temática étnico-racial, também o papel de interlocutores com os envolvidos na adoção das políticas de ações afirmativas.

Em seguida apresentaremos de forma breve, na forma de um balanço, os diferentes projetos de extensão universitária desenvolvidos pelos alunos de primeiro ano da Universidade Federal de Alagoas integrantes do Programa Brasil AfroAtitude.

Aleitamento Materno

Autores: Ana Paula da Silva e Eridnaide Fernandes Florentino.

Orientadoras: Ana Maria Cavalcante Melo, Maria de Lourdes de Oliveira e Ana Claire Pimentel.

Introdução: O processo de aleitamento materno traz para o recém-nascido segurança por ser rico em sais minerais e vitaminas. Além de contar com os anticorpos da mãe, a criança que é amamentada obtém imunidade contra várias das doenças mais freqüentes que normalmente atingem o recém-nascido.

Público-Alvo e Localidade Geográfica: Mães em período pós-parto, que se encontram em processo de amamentação no Hospital Universitário, em Maceió, AL.

Descrição das Atividades: As atividades foram desenvolvidas tendo como metodologia, palestras e oficinas para informar sobre a importância do aleitamento materno e do uso de preservativos durante as relações sexuais.

Resultados: Aquisição de informações, por parte das mães, sobre cuidados com seus recém-nascidos e como prevenir as doenças sexualmente transmissíveis.

Conversando sobre Anemia Falciforme com os Pacientes e seus Familiares e Prevenção das DST/AIDS em Sala de Espera

Autores: Albery Ferreira Lima e Helita Farias Abreu.

Orientador: Rosana Q. Brandão Vilela.

Introdução: A anemia falciforme é uma doença genética, hereditária e mais prevalente na população negra. Afeta milhões de brasileiros, segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS. No Brasil, 25% dos falcêmicos não têm assistência médica. Portanto, objetivou-se proporcionar informações sensíveis, precisas, médicas e científicas que possibilitem às pessoas entenderem a doença e promoverem medidas de prevenção. As preocupações com a saúde neste projeto se referem também a informações sobre DST/AIDS.

Público-Alvo e Localidade Geográfica: Pacientes com anemia falciforme e seus familiares, assistidos pelo Hospital da Universidade Federal de Alagoas, o HU.

Descrição das Atividades: Em sala de espera foram realizadas conversas com os pacientes sobre as DST/AIDS. No auditório do Hospital Universitário foi efetuada uma apresentação através de slides fotos, com informações sobre as DST/AIDS para os pacientes portadores de anemia falciforme e seus familiares.

Resultados: Foi de grande importância a integração desse projeto no AfroAtitude, pois a experiência ofereceu um vasto e rico conteúdo através do qual o aluno teve interessantes oportunidades de crescer tanto intelectual quanto profissionalmente, pois a cada capacitação sobre DST/AIDS, desenvolveu-se, igualmente, o aprendizado e preparação para cada aluno se tornar, ele também, um repassador desse saber.

Comunicaids - Comunicação na luta contra a AIDS em Alagoas e Paraíba

Autores: Cristiane Honorato da Silva, Emanuely Batista da Silva, Estefânia Alves de Oliveira, Josemary Régia da Silva Soriano, Marcília da Silva e Valter Ferreira dos Santos.

Orientador: Antonio Francisco Ribeiro de Freitas.

Introdução: No período de um ano, os bolsistas do Projeto *Comunicaids* desenvolveram várias atividades nas áreas de Saúde, Cidadania, Cultura, Educação e Direitos Humanos no Povoado de Penedinho – Piaçabuçu (AL), no Projeto Xiquexique, no Sítio das Pedras – Catolé do Rocha (PB), no Presídio semi-aberto São Leonardo, na BIGTV e na TVMAR, em Maceió (AL), valendo-se da realização de oficinas e da utilização de pequenos meios de comunicação.

Descrição das Atividades: Difusão de informações junto às camadas populares sobre ações de prevenção e tratamento das principais doenças sexualmente transmissíveis e aids, utilizando os meios de comunicação populares e comunitários para tanto, possibilitando, assim, que alunos(as) coloquem seus conhecimentos de comunicação a serviço da saúde pública, com enfoque nas informações sobre DST/AIDS, e seguindo os preceitos das políticas nacionais de inclusão e de valorização social dos alunos afrodescendentes. Realização de oficinas, de produção e distribuição de material informativo, da confecção de programas para rádios comunitários e da aplicação prévia de questionários para coleta de dados.

Resultados: Conscientização da comunidade atendida sobre as DST/AIDS, sobre a discriminação racial, sobre o homossexualismo. Produção de material educativo.

Diagnóstico Sócio-Econômico e de Saneamento Básico da Comunidade Quilombola de Santa Luzia do Norte (AL): Análises Preliminares Visando o Tratamento de Água

Autores: Elaine Cristina L. dos Santos, Fabio Almeida Muniz e Pedro Adriano Vieira Santos.

Orientadora: Ana Maria Queijeiro López.

Introdução: A apropriação dos espaços por quilombolas no município de Santa Luzia do Norte (SLN), em Alagoas, é ditada pelas oportunidades econômicas e de subsistência, como o acesso às ofertas de emprego e às condições para exercer suas atividades no setor alimentício. O desafio dessa comunidade é a produção estável em bases sustentáveis, o que exige águas com concentrações de substâncias e microorganismos não prejudiciais à saúde humana, e adequadas a práticas de gestão, gerando um ambiente sadio, eficiência econômica e repartição justa dos benefícios.

Público-Alvo e Localidade Geográfica: Comunidade de moradores de região de quilombo no município de Santa Luzia do Norte, AL.

Descrição das Atividades: Este trabalho foi dividido em duas etapas; na primeira, efetuou-se o diagnóstico da situação econômico-social e de saneamento básico do quilombo do município. A segunda etapa foi a proposição de tratamento de água dessa comunidade. Para tanto, formularam-se os questionários que foram aplicados com 100 famílias. Em seguida, computou-se a porcentagem de cada informação para a análise dos dados.

Resultados: Das 100 famílias entrevistadas no quilombo de SLN, 90% delas são miscigenadas, provavelmente devido ao caráter migratório temporário das atividades agrícolas, especialmente no setor sucroalcooleiro de Alagoas. As moradias são particulares, a média de moradores por casa é de 9 pessoas, e cerca de 80% possuem ensino fundamental incompleto; a renda média por família é de cerca de 1 salário mínimo. Dentre as doenças mais citadas encontram-se viroses (82), e apenas idosos citaram a necessidade de remédios fornecidos pelo posto de saúde.

Educação Física, Saúde e Lazer no Âmbito das Ações Voltadas para o Combate à Epidemia e para o Fomento de Atitudes Inclusivas, Sustentáveis e Permanentes

Autores: Francisco de Assis Costa, Francy Kelle Rodrigues e Juliane Ferreira Félix.

Orientadores: Marta de Moura Costa e Hellena Soares.

Introdução: O tratamento das pessoas vivendo com HIV/AIDS tem por base os retrovirais, que causam efeitos colaterais, como por exemplo, alterações corporais, que promovem desconforto no aspecto físico e no universo social do indivíduo, pois desencadeiam problemas de Lipodistrofia. O papel da Educação Física é o de atuar junto a esse público por meio da sua especificidade, que é a atividade física, pois a prática de exercícios moderados contribui para aumentar as defesas do organismo contra infecções e proporciona a conquista de um corpo saudável e, com isso, melhores condições de vida.

Público-Alvo e Localidade Geográfica: Pessoas vivendo com HIV/AIDS, freqüentadores do grupo CONVIVER: Convivência e Prevenção à Aids, em Maceió/AL.

Atividades Realizadas: Atividades Práticas: Ginástica Geral; Atividades Físico-Recreativas; Alongamentos; Atividades de Relaxamento; Dança; Jogos Populares; Brincadeiras Populares; Caminhadas no calçadão da orla marítima de Maceió/AL.

Resultados: Para os participantes, satisfação de serem atendidos com eficiência, diante de suas necessidades de condicionamento físico percebidas no dia-a-dia. Melhora da auto-estima e da qualidade de vida no trato das articulações lúdicas e nas suas relações coletivas e sociais. Para os monitores, oportunidade de contribuir para a difusão de outras práticas, na perspectiva da indivisibilidade dos direitos humanos.

Projeto de Extensão Santa Lúcia, Tabuleiro Novo – PESLUTAN – Ações Comunitárias de Saúde Coletiva

Autor: José Jéferson da Conceição Silva.

Orientador: Antonio Piranema de Mascarenhas Pedrosa.

Introdução: O PESLUTAN é um Projeto de Extensão Universitária realizado na comunidade da Santa Lúcia, em Maceió, AL, que tem a participação de alunos de vários cursos de graduação da UFAL, onde se procura promover ações de educação em saúde abordando temas como as DST/AIDS, entre outros.

Público-Alvo e Localidade Geográfica: Crianças, adolescentes, adultos e idosos das famílias cadastradas no Projeto, sediado na Escola Jaime de Altavila (Santa Lúcia), no bairro do Tabuleiro Novo, em Maceió, AL.

Atividades Realizadas: O Projeto desenvolveu múltiplas ações na comunidade, tais como: aferição de pressão, teste de glicemia capilar, teste de acuidade visual, e quanto à prevenção em DST/AIDS foi desenvolvido, através de oficinas com álbum seriado, em algumas escolas da região, palestras sobre a prevenção de doenças as mais freqüentes; além disso, a equipe realizou visitas domiciliares para fornecer orientações preventivas, realizando dinâmicas de grupos e campanhas.

Resultados: Nas comunidades visitadas constatamos a falta de informações sobre as DST/AIDS, bem como o preconceito em relação a assuntos ligados ao sexo. O Projeto minimizou esses índices através de intervenções junto à comunidade com orientações preventivas sobre essas doenças, tornando-os multiplicadores dessas informações.

Cidadania e Aids: Direitos das Mulheres Portadoras de DST/AIDS no Estado de Alagoas

Autores: Maria de Fátima Barros da Silva e Monnyk Rodrigues do Nascimento.

Orientadora: Ângela Maria Benedita Bahia de Brito.

Introdução: O projeto Balcão de Direitos, da Secretaria Especializada da Mulher, consiste em levar informações às comunidades sobre os mecanismos básicos da cidadania e defesa do ser humano. O projeto pretende estender essas informações às mulheres portadoras do vírus HIV/AIDS, através da disponibilização de material informativo em relação à prevenção das DST/HIV/AIDS.

Público-Alvo e Localidade Geográfica: Mulheres do Estado de Alagoas.

Descrição das Atividades: Foram estudadas estratégias para implementar as políticas públicas de saúde para o público feminino segundo o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. Elaboração de estudos e pesquisas sobre: Cidadania e Aids entre mulheres portadoras de HIV/AIDS.

Resultados

As ações foram realizadas no município de Anadia/AL. Foram feitas intervenções com disponibilização de material informativo em relação à prevenção de DST/HIV/AIDS. A “Ação Mulher e Cidadania” oferece serviços na área da saúde como exame bucal, glicemia capilar, prevenção de câncer de colo de útero e de mama e verificação de pressão arterial. Foram confeccionados *folders* para a conscientização das mulheres.

Alagoas Quilombola

Autores: Joselina Santos, Maria Fabiana da Silva, Gilmar Lindraz, Maria Regina Silva e Alessandra Oliveira.

Orientadora: Clara Suassuna Fernandes.

Introdução: O trabalho teve como objetivo o estudo das comunidades remanescentes de quilombos em alguns municípios do Estado de Alagoas, tendo como pontos centrais a Lei nº 10.639/03 e questões relativas à saúde, particularmente as DST/AIDS.

Público-Alvo e Localidade Geográfica: Comunidades remanescentes de quilombos nos municípios de Santa Luzia do Norte e União dos Palmares (Zona da Mata); Arapiraca (Agreste) e Igreja Nova (Sertão).

Descrição das Atividades: Elaboração de estudos históricos sobre a identidade afro-brasileira para o fortalecimento dos alunos cotistas/pesquisadores selecionados para o Projeto AfroAtitude. Leituras teóricas sobre quilombos e comunidades remanescentes, visitas às comunidades com o objetivo de verificar, através da pesquisa, o entendimento das referidas comunidades sobre a Lei nº 10.639/03 e como os educadores, nessas localidades, estão trabalhando na combate às DST/AIDS.

Resultados: A situação de desinformação das comunidades em relação às doenças sexualmente transmissíveis é preocupante, pois eles acreditam que a doença não vai atingir a comunidade “porque Deus não vai permitir que isso aconteça”. A grande maioria das casas nessas comunidades não tem banheiros; o lixo é queimado a céu aberto e em algumas das áreas visitadas, não há nem mesmo água de qualidade para consumo humano.

Quanto à observância da Lei nº 10.639/03 não existe material disponível nas escolas para os alunos trabalharem e transformarem a ótica discriminatória e racista que foi construída por nosso processo histórico. Não houve, ainda, discussões e informações detalhadas sobre as novas diretrizes para que o corpo de professores e/ou coordenadores pedagógicos possam realizar a contento esse trabalho.

Direitos Humanos e a Luta pela Cidadania Plena dos Homossexuais e Pessoas Vivendo com HIV/AIDS

Autora: Rute Mikaele Pacheco da Silva.

Orientador: Édson Cordeiro Folha.

Introdução: Os homossexuais formam um segmento historicamente discriminado e colocado à margem da sociedade, tornando-os vulneráveis e suscetíveis a sofrer violações de seus direitos. Em situação semelhante encontram-se pessoas vivendo com HIV/AIDS. Este projeto tem como pilares a educação e a orientação a estes grupos.

Público-Alvo e Localidade Geográfica: Homossexuais e pessoas vivendo com HIV/AIDS no estado de Alagoas.

Descrição das Atividades: Trabalho educativo realizado através de atendimento, palestras e oficinas com homossexuais, na sede do Grupo Gay de Alagoas, em Maceió/AL, com o objetivo de orientá-los em causas jurídicas.

Resultados: Foi atendido, ao longo da pesquisa, um número significativo de pessoas que se tornaram capacitadas para, mais adiante, agirem de maneira adequada contra a discriminação e a violação dos seus direitos, tornando-se multiplicadores dos objetivos do projeto. A convivência com o Grupo Gay de Alagoas trouxe lições importantes para o desenvolvimento intelectual, acadêmico, político e social dos integrantes do projeto.

Mapeamento Cultural Afro-Brasileiro de Maceió/AL

Autores: Cyntia de Souza Bispo – Faculdade de Serviço Social/UFAL, Kleber Firmino da Silva – Faculdade de Letras/ UFAL, Mary Anny Silva Cavalcante – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/UFAL e Nívea Kelly Santos da Silva – Faculdade de Serviço Social/UFAL.

Orientadores: Bruno César Cavalcanti e Rachel Rocha de Almeida Barros – LACC/ICS/UFAL.

Introdução: Pesquisa envolvendo alunos bolsistas do Projeto AfroAtitude da Universidade Federal de Alagoas visando à realização de um mapeamento de bens e serviços associados às referências afro-brasileiras em Maceió/AL, em áreas diversas, particularmente aquelas da cultura (manifestações religiosas e lúdicas) e dos serviços (mercado informal).

Descrição das Atividades: Partindo de leituras e reflexões sobre a cultura afro-brasileira, a presença das populações negras na formação do território alagoano e suas manifestações contemporâneas no espaço urbano da cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas, buscou-se localizar as expressões sincréticas dessa presença africana num universo abrangente que engloba aspectos da sobrevivência material e simbólica dessas populações integrantes das camadas socialmente desfavorecidas na sociedade local. Valendo-se da aplicação de formulários junto aos grupos pesquisados e da observação direta, foi dado início a um cadastramento cultural que contemplou ambulantes do mercado informal, particularmente vendedores de acarajés, e a localização de templos e de lideranças religiosas, de organizações de grupos de folgado e de escolas de samba, entre outros, com o fim de dar início a uma cartografia da distribuição dessa presença afro-brasileira, por bairros, na cidade de Maceió e aqui traduzida na forma de uma aproximação com referenciais culturais associados ao universo afro-brasileiro.

Público-Alvo e Localidade Geográfica: Comunidades afrodescendentes da cidade de Maceió/AL.

Resultados: Os resultados de um ano de pesquisa indicaram Maceió como uma cidade negra, malgrado sua “invisibilidade” nesse quesito, podendo essa frágil identificação ser compreendida na forma de um preconceito generalizado para com tais pertencimentos, difíceis de serem localizados/reconhecidos pela população abrangente. Para demonstrar visualmente essa presença negra em Maceió, foi elaborada uma sinalização progressiva dessas referências afro-brasileiras a partir de um mapa da cidade onde esses bens e serviços têm sua presença assinalada por bairros.

NOTAS DE RODAPÉ

* Ismael é formado em Comunicação Social e Relações Públicas (UFAL/2005) e estudante de Jornalismo pela UFAL. Aluno do Programa de Estudante Convênio de Graduação - PEC-G, proveniente da Guiné-Bissau.